

# República vai pedir fundos comunitários para os novos cabos submarinos interilhas

O vice-presidente do Governo Regional dos Açores, Artur Lima, disse que o Governo da República vai-se empenhar para garantir o financiamento da substituição dos cabos submarinos interilhas no arquipélago.

“Ficámos satisfeitos com a atitude do senhor ministro em se empenhar e garantir o financiamento do Governo da República, por fundos comunitários. O senhor ministro procurará esse financiamento, o que, para nós, é uma excelente notícia”, declarou o vice-presidente na sequência de um encontro, que decorreu na terça-feira, com o ministro das Infraestruturas, Miguel Pinto Luz, em Lisboa.

Artur Lima disse que transmitiu ao ministro “a necessidade de ser a República a financiar esta empreitada, muito importante para a Região Autónoma dos Açores, quer para a coesão regional quer para a coesão territorial nacional”.

O governante indicou que vai agora aguardar “pelos conclusões do grupo de trabalho criado pelo ministro das Infraestruturas” para analisar a solução técnica mais adequada para



a substituição dos cabos submarinos interilhas, que terão de ser apresentadas até 31 de outubro.

A partir desta data vai-se ver “como é que se vai operacionalizar esta questão”, uma vez que o cabo interilhas encontra-se em “final de vida útil”, indicou o vice-presidente do governo açoriano.

Num despacho, publicado a 13 de agosto, o Governo da República justificou a criação do grupo de trabalho tendo em conta que “as comunicações

eletrónicas entre sete das nove ilhas dos Açores são atualmente asseguradas por um sistema de cabos submarinos, o denominado anel interilhas, formado por ligações que entraram ao serviço em 1998”, sendo que as ilhas das Flores e Corvo são servidas por um cabo submarino mais recente que entrou ao serviço em 2014.

Além disso, “este sistema, na sua componente submarina e equipamentos associados, já atingiu a sua vida técnica máxima (25 anos), não sen-

do previsível, porquanto ineficiente, realizar investimentos adicionais na atualização desta infraestrutura e que importa prevenir a sua obsolescência e inerente risco acrescido de falha intempestiva, ultrapassado que está o seu período de vida útil”, acrescentou. Ainda no âmbito do encontro de terça-feira, Artur Lima transmitiu ao ministro Miguel Pinto Luz a pretensão da região em que as obras para a instalação do anel CAM (Continente- Açores - Madeira) tenham início pelo troço que liga a região açoriana ao continente.

“Seria útil, quando a empreitada começar, que já foi entretanto adjudicada, e, se ainda fossemos a tempo, que comece pelo troço Açores-continente”, afirmou o governante.

O vice-presidente transmitiu ainda ao ministro Miguel Pinto Luz que seria “importante, nessa altura em que o cabo está em fim de vida útil”, criar um conjunto de ligações por satélite, considerando “a situação no meio do Atlântico”, que “possam garantir serviços mínimos no caso de uma eventual desconectividade digital”.

## Doentes deslocados esperam reembolsos há mais de seis meses

O PS, o Chega, o BE, a IL e o PAN aprovaram ontem um voto de protesto da bancada socialista pelos atrasos no pagamento dos apoios devidos aos utentes deslocados do Serviço Regional de Saúde.

Na apresentação do documento, José Toste referiu que a condição de doente é, por si só, “uma condição de enorme vulnerabilidade, a qual, no caso de muitos utentes do SRS, é ainda agravada pela necessidade de se deslocarem entre ilhas ou para o território continental, para diagnóstico, tratamento e acompanhamento”.

O deputado disse que o grupo parlamentar socialista estava a dar “voz” a todos os utentes deslocados da região “que foram, são, ou serão lesados pelos atrasos significativos no pagamento dos apoios que lhes são devidos”, como já tinha feito anteriormente com a apresentação de um requerimento “referente aos doentes deslocados das ilhas sem hospital que esperam reembolsos do SRS há mais de seis meses”.

“Apresentamos este voto para que esta Assembleia, para que os deputados desta casa se coloquem nos sapatos de alguém que, sendo doente oncológico há três anos, em desespero de causa, veio já publicamente expor a sua situação e exigir explicações dos motivos pelos quais está, há nove meses, desde janeiro, sem

receber qualquer comparticipação diária”, afirmou.

José Toste explicou que o protesto dirige-se ao Governo Regional (PSD/CDS-PP/PPM), “responsável último por garantir que os hospitais e as unidades de saúde de ilha da região têm a disponibilidade financeira necessária ao pagamento das diárias aos utentes deslocados”.

No debate, o deputado do Chega, José Pacheco, disse que o partido tem recebido muitas reclamações de doentes que aguardam pelo pagamento dos apoios pela deslocação a hospitais fora da sua ilha.

“Não é aceitável que as pessoas, já de si fragilizadas por terem de se deslocar para fora da sua ilha, estejam largos meses à espera de receber o apoio que lhes é devido”, afirmou.

Por sua vez Pedro Pinto (CDS-PP) disse que não se revia “no tom, nem no conteúdo” do voto apresentado pelo PS, alegando que o partido tinha várias figuras regimentais à disposição para debater o assunto, mas não o fez e “quis fazer acusações e não quis enfrentar o debate”.

“[Os eleitos do PS] fugiram covardemente ao debate da dívida da saúde”, acusou.

Pelo PSD, a deputada Salomé Matos também disse que, o PS, ao apresentar um voto de protesto sobre “uma matéria tão sensível, dá, de



facto, provas de uma cobardia política grande”.

A social-democrata afirmou que o PS recorre a uma figura regimental “quando sabe que o Governo não pode intervir” e, ao fazê-lo, revela “oportunistamente político”.

Já António Lima (BE) referiu que o atraso no pagamento aos doentes deslocados é “inadmissível” e “não há justificação nenhuma, nem a linguagem do Orçamento” em que “ninguém acredita”.

António Lima manifestou dúvidas relativamente à resolução do assunto pelo Governo e desafiou a secretária Regional da Saúde, Mónica Seidi, a explicar “porque é que mentiu dizendo que tinha transferido 25 milhões de euros para as unidades de saúde de ilha no ano passado, quando transferiu zero”.

Na resposta ao BE, a governante

disse que não aceitava a acusação: “A minha palavra vale tanto como a sua. Mentirosa, é algo que o senhor não me pode chamar. Ainda, por cima, o senhor traz, a esta câmara, a esta discussão, um assunto que nada tem a ver com a questão dos doentes oncológicos”.

Antes disso, Mónica Seidi esclareceu que foi publicada na sexta-feira uma portaria “que diz respeito à verba do complemento especial para o docente oncológico atribuído ao hospital da Horta, no valor de 120 mil euros”: “Ao longo de terça-feira foram pagos mais de 26 mil euros e ao longo do dia de hoje serão pagos mais de 50 mil euros aos utentes”.

A governante prometeu também fazer chegar à Mesa da Assembleia o valor “pago aos utentes em 2023 e que ascende [a] um milhão de euros”.